

OS ÍNDIOS GAVIÕES: OBSERVAÇÕES
SOBRE UMA SITUAÇÃO CRÍTICA*

Iara Ferraz

ÍNDICE

I	-	Introdução	1
II	-	Os Gaviões-localização e história recente	2
III	-	A questão territorial	10
IV	-	Relações com a sociedade envolvente	14
V	-	Observações sobre os "modelos" de projetos em áreas indígenas	20
VI	-	Conclusão	23
		Anexo I	
		Resumo	I
		Anexo II (mapas)	

Bibliografia

* Relatório de viagem ao campo realizada
pela antropóloga entre 15/06 e 02/07/82.

OS ÍNDIOS GAVIÕES: OBSERVAÇÕES
SOBRE UMA SITUAÇÃO CRÍTICA *

Iara Ferraz
Antropologia - Depto
Ciências Sociais-USP

I - INTRODUÇÃO

A micro-região de Marabá, como se convencionou chamar a porção sudeste do Estado do Pará, vem atravessando um processo de transformações sociais profundas, desde o início da década de 70, dado o impulso à ocupação da Amazônia Oriental, com a construção da rodovia Transamazônica. Este amplo processo passou a se caracterizar por um ritmo fortemente acelerado e descompassado em relação a estruturas sociais específicas existentes. Neste sentido, a implantação simultânea e em grande escala de projetos de pecuária extensiva com incentivos fiscais, abertura de novas rodovias, construção do complexo hidrelétrico de Tucuruí, vultosos projetos de mineração, de caráter privado ou estatal, vêm apresentando um forte impacto sobre a região e sua população, já envolvidas na complexa problemática fundiária.

A indústria extrativa de madeira¹ e, mais recentemente, a garimpagem de ouro passaram a ser alguns dos pontos de partida para as transformações das condições

* Relatório de viagem ao campo realizada pela antropóloga entre 15/06/82 e 02/07/82.

¹ Existem cerca de 167 espécies diferentes, segundo o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, só naquela região de Marabá.

ambientais e sociais. Os reflexos sobre as populações envolvidas marcam-se atualmente pelo aumento da incidência de moléstias endêmicas (como a malária), cuja ampla propagação se verifica através de grande rotatividade de mão-de-obra disponível para a implantação dos vultosos projetos. Esta mão-de-obra é, em geral, arregimentada na região nordestina do país; sua trajetória, para chegar aos canteiros de obras das empresas construtoras, inclui a passagem por algum garimpo ou qualquer serraria das redondezas.

Se o impacto para as populações chamadas regionais vem sendo forte, diante das sociedades indígenas que têm ali seu habitat tradicional, estes processos de transformação acentuam a sua especificidade, isto é, fazem sobressair as diferenças existentes.

É neste contexto que surgem as questões quanto às condições de existência e sobrevivência destes povos indígenas e, em especial, dos chamados Índios Gaviões Ocidentais (de oeste ou da mata), ou Parakateje, como se autodenominam.

II - OS GAVIÕES - LOCALIZAÇÃO E HISTÓRIA RECENTE

X A "Comunidade Indígena Parakateje" conta atualmente com uma população de 170 indivíduos, reunidos desde abril de 1980 em uma única aldeia, situada próxima à margem direita do curso médio do rio Tocantins, a cerca de 40 Km da cidade de Marabá, e à beira de uma rodovia [esta ^{federal} ^{BR 322} ^{→ desde Jan 83?} dual], a PA 332. O município de Marabá é, por sua vez, um dos polos mais importantes de investimentos estatais e privados na região.

A aldeia "Kaikuture", como é chamada, abriga também muitos indivíduos isolados ^e ou mesmo famílias de outros grupos tribais - sobretudo Guarani, Xerente e, mais recentemente Krĩkati e Pykobje - que para lá vêm se dirigindo, de modo espontâneo ou sob estímulo do órgão tutelar.

Esta atitude acaba por resultar na desocupação progressiva de territórios indígenas tradicionais e o acréscimo populacional inusitado na nova localidade acarretará, de modo igualmente progressivo, na insuficiência territorial destas reservas indígenas tornadas compulsórias.

Mas a situação atual dos Gaviões vem se caracterizando pelo acionamento de mecanismos específicos voltados sobretudo para a reafirmação de sua identidade étnica. Estes mecanismos apresentam-se como estratégias, na medida em que os Gaviões vêm se reestabelecendo enquanto grupo etnicamente diferenciado, no convívio crescente com os diversos segmentos da sociedade nacional.

No cotidiano, estas relações entre os Gaviões e os kupẽ - é assim que são chamados os "civilizados", os "cristãos" - em seus vários níveis, são claramente manipuladas por todos os lados. Enquanto os kupẽ (~~categoria esta muito abrangente~~), procuram beneficiar-se em quaisquer transações realizadas, ludibriando os Gaviões - principalmente em questões econômico-financeiras e contratuais - é variável o grau de controle que os próprios Gaviões dispõem sobre estes níveis em que se dão as relações interétnicas. O estado de crise permanente em que vive a sociedade dos Gaviões permeia todos os seus empreendimentos, desde as negociações pessoais e diretas realizadas com biscateiros, grandes comerciantes, posseiros e criadores de gado, grandes proprietários de terras até aquelas mediadas por instituições específicas - os agentes bancários, tutelares e governamentais em geral.

No entanto, estas estratégias de sobrevivência só podem ser entendidas através da compreensão dos rumos da história dos Gaviões, observando-se os momentos em que eles a tomaram enquanto sujeitos, face à expansão da sociedade nacional, ou melhor, considerando o desenvolvimento do próprio processo de transformação social.

É possível, portanto, delinear algumas fases distintas que caracterizam este processo de mudança, a partir das próprias estratégias então empreendidas pelos Gaviões. A primeira delas, por volta do início da década de 20, quando, vivendo em seu habitat tradicional - cabeceiras dos rios Capim, Moju e Jacundã - enquanto uma sociedade íntegra e perfeitamente adaptada em termos ecológicos, os Gaviões começaram a ser atingidos pela frente de expansão que penetrava então nas matas do Tocantins. Esta caracterizava-se pela exploração da castanha-do-Pará, um produto nativo e abundante naquela região, que começava a ser valorizado no mercado internacional.

Ao mesmo tempo, entre os Gaviões, guerras e grandes cisões provocadas por conflitos internos já não permitiam a operação de um sistema tradicional de organização social, que acabou por se solapar com a perda do território, as doenças advindas e a conseqüente depopulação. Como diz hoje em dia o chefe Gavião, Krohokrenhum, "naquele tempo, a gente vivia correndo, feito porco no mato", ou seja, eles próprios se viam como "bichos", sem território e ã mĩngua.

A total ausência de condições de resistência dos vários grupos locais em que haviam se segmentado, fez com que a única possibilidade de sobrevivência que vissem fosse a "rendição", ou seja, a busca do contato com os kupẽ, que vinha sendo pressionado por um lado e rejeitado por outro durante quase meio século.

Esta época - meados da década de 50 - marca o início de uma segunda fase na história do contato dos Gaviões. Voluntariamente, dirigem-se para as margens do Tocantins, exceto um dos sub-grupos que, por rejeitar o contato, retirou-se para o Maranhão. Um outro sub-grupo foi se fixar em frente à cidade de Tucuruĩ e outro ainda nas proximidades do município de Itupiranga, o pri

meiro a ser contactado, em 1956. Muitos elementos chegaram a se transferir para Iã. Esta permanência na cidade por alguns meses, vivendo de serviços prestados à população local (encher os potes d'água ou carregar lenha) em troca de roupas e comida, teve como resultado a contração de doenças e uma redução demográfica ainda mais acentuada, a ponto de sua extinção enquanto grupo tribal ter sido então apontada por alguns antropólogos. (Cf. Matta, 1967)

Começa a se firmar nesta época a liderança de Krohokre nhum sobre os poucos elementos restantes do grupo, por ter sido o grande incentivador do contato. Voltaram a se fixar na mata, ainda nas proximidades de Itupiranga, onde com assistência periódica de padres dominicanos e agentes do Serviço de Proteção ao Índio, passaram a coletar castanha, que era "trocada" por mercadorias básicas - como farinha, sal, facões, machados, etc. E novas relações começaram a se estabelecer com segmentos da sociedade regional.

Uma terceira fase é iniciada com a transferência deste grupo para uma gleba de terras devolutas do Estado que lhes havia sido concedida por Decreto já em 1943 - o "castanhais dos Índios", como era conhecida - que anualmente o SPI arrendava a terceiros para exploração econômica.

Estimulados pelos agentes do SPI, mediante argumentos de que no "Mãe Maria" - o Posto do SPI fundado em 1964 - os Gaviões ficariam "ricos", devido à abundância de castanhais, eles para Iã se transferiram no início de 1966. Igualmente incentivados pelos agentes do órgão tutelar, os Gaviões retiraram da área todos os posseiros que Iã haviam se instalado, utilizando os mesmos estereótipos então vigentes em relação a eles na região, de "bravos" e "assassinos".

No entanto, a garantia - em primeiro lugar - de ocupa
ção efetiva de seu território (pois outrora aquela área
fazia parte de seu habitat tradicional), em segundo, de
uma assistência de saúde ainda que precária através do
Posto Indígena e, finalmente, da garantia de obtenção
de mercadorias tornadas indispensáveis estava vinculada
a sua plena utilização enquanto mão-de-obra coletora pa
ra a exploração daqueles castanhais pelo próprio órgão
tutelar, que deixava assim de arrendá-los a particula
res. Desta forma, apesar de fixados em território que
lhes pertencia de fato, com a imposição de um regime de
trabalho de caráter semi-servil, baseado no sistema do
"barracão"¹, o SPI - e, posteriormente a FUNAI - passa
ram a desempenhar, deliberadamente, o papel do "patrão",
responsável por toda a organização e comercialização da
produção indígena de castanha e pela distribuição da
renda auferida. Em 1968, com o início da ocupação acele
rada e desordenada da porção oriental da Amazônia Legal,
o território dos Gaviões foi um dos primeiros a ser
cortado em toda a sua extensão - cerca de 22 Km - por
uma rodovia estadual, a PA-70 (agora PA-332), conhecida
na região como a "estrada da castanha", então a única
ligação entre Marabá e a rodovia Belém-Brasília, antes
da construção da Transamazônica. Intensificou-se o in
tercâmbio com a sociedade regional, na medida em que no
vos núcleos populacionais foram se estabelecendo ao lon
go da rodovia, muito próximos à área indígena, cuja al
deia está situada no Km 30.

Nesta mesma época, um outro grupo que havia se fixado
em terras devolutas em frente à cidade de Tucuruí, igual

¹ Um sistema de crédito controlado pelo "patrão" onde a retirada
de mercadorias indispensáveis no decorrer da safra é paga median
te a entrega da produção, quando os coletores recebem "vales". E,
ao final da safra, o saldo nem sempre é positivo.

mente concedidas por decreto estadual, já resistia em abandonar o local onde tiveram suas aldeias para cedê-lo à construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Muitos de seus componentes foram sendo paulatinamente persuadidos por agentes do órgão tutelar a se transferirem para o Mãe Maria, apesar da existência de antigas rivalidades com os grupos que lá se encontravam.

Um ano depois, um outro grupo Gavião recém-contatado nas proximidades de Imperatriz, no Maranhão - onde havia se refugiado devido a guerras com os primeiros - foi transferido às pressas pela FUNAI para o interior da área do PI Mãe Maria, mediante uma negociação para por fim a conflitos com grileiros onde se encontravam (cf. Arnaud, 1975).

A adaptação deste grupo ao novo território foi desastrosa em termos da depopulação sofrida, o que chegou, na época, a ser denunciado pela Cruz Vermelha Internacional. Igualmente devido a antigas rivalidades com os demais sub-grupos, seus componentes formaram uma segunda aldeia, aumentando assim o contingente de mão-de-obra disponível, utilizada pela FUNAI para a manutenção daquela forma arcaica de produção de castanha.

As relações de produção mantidas e reforçadas pelo órgão tutelar através daquela forma de exploração econômica impediam qualquer tentativa dos grupos no sentido de reestabelecer o funcionamento de um sistema de organização social específico. Assim, a individualização era promovida tanto ao nível da produção mesma, quanto da reprodução das próprias relações sociais intragrupais. A orientação individualizante estendia-se ao incentivo, por parte dos agentes locais do órgão tutelar, ao uso da língua portuguesa, sobretudo com relação às crianças, que passaram a não mais receber seus nomes pessoais no

próprio idioma; também à proibição de realização de ciclos cerimoniais de longa duração, uma vez que "interrompiam* o trabalho" (quer na castanha, quer nas roças) e na instituição do pagamento de uma "comissão" em dinheiro pela produção de castanha, previamente estipulada e prometida em todas as safras para os "capitães" (chefes tribais), que passaram assim a gozar de privilégios clientelísticos. Além disto, este mecanismo encobria os ganhos reais da unidade administrativa regional da FUNAI, com sede em Belém.

No entanto, a ruptura deste sistema começou a se esboçar entre os Gaviões por volta de 1974, quando descontentes com as benfeitorias que o órgão tutelar realizava (ou deixava de realizar) no Posto Indígena, em termos de infra-estrutura com vistas à safra, eles passaram a entrever a possibilidade de comercializar a castanha diretamente com os agentes dos exportadores, em Marabá.

E em 1975, o não pagamento da "comissão" estipulada no início da safra ao "capitão" Krohokrenhum levou-o a sérias desavenças com os representantes da Delegacia Regional de Belém, que efetivaram posteriormente o rompimento daquelas relações mantidas há cerca de dez anos.

Apesar das pressões exercidas por aquela unidade regional - que se mostrava então contrária à cúpula do órgão tutelar que aprovara a atitude dos Gaviões - a partir do ano seguinte eles passaram a organizar e controlar de fato todo o processo produtivo da castanha. Comercializaram diretamente com os exportadores em Belém contratando, inclusive, a mesma mão-de-obra regional atualmente regimentada pela FUNAI, que deixava portanto de manipular a produção de seu maior Posto Indígena produtor de castanha-do-Pará

Nesta época iniciou-se, na verdade, entre os Gaviões,

uma nova fase no processo de transformação; mudanças significativas foram desencadeadas no plano da própria organização social do grupo, que demograficamente vinha se refazendo. O acionamento de mecanismos de afirmação de sua identidade étnica foi traduzido pela retomada do corte tradicional dos cabelos, pela reciclagem do uso do próprio idioma, do sistema de nomenclatura, responsável pelo recrutamento das categorias básicas para a realização de ciclos cerimoniais, que foram também retomados, paralelamente aos ciclos produtivos. As duas aldeias passaram a constituir as metades cerimoniais em que a sociedade se segmenta nestas ocasiões que, por sua vez, sobrepõe-se à segmentação num sistema de classes de idade, tradicional entre os Jê, operante no plano do cotidiano.

Todas estas atitudes não devem ser vistas em termos de conservadorismo, de "retorno ao passado", e sim, historicamente, enquanto uma nova linguagem que tem por objetivo a satisfação de necessidades específicas diante de uma situação de confronto com a sociedade nacional.

A safra de castanha de 1976, realizada sob o controle direto dos Gaviões teve um papel tão significativo neste processo de transformação em curso, que acaba sendo possível apontar uma fase anterior a 1976 - caracterizada pela submissão dos Gaviões a uma ordem específica, dos kupê- e de uma fase posterior a 1976. A atitude de enfrentamento direto de quaisquer situações, sem a mediação de agentes tutelares, apresentou-se como forma de expressão das mudanças desencadeadas. Os desdobramentos desta atitude passaram a ser múltiplos, na medida em que os Gaviões foram se conscientizando dos seus graus de controle - e sobretudo da eficácia - mediante a ampliação de suas relações com os vários segmentos da sociedade nacional (grandes proprietários de terras, exportadores de castanha, agentes bancários

os e governamentais).

III - A QUESTÃO TERRITORIAL

Após a redemarcação daquela área indígena, efetuada pelo órgão tutelar no final de 1981, os membros da Comunidade Indígena Parakateje passaram a reivindicar a posse da documentação completa de suas terras. A cópia do registro no Cartório de Imóveis de Marabá, datado de 1968, em nome dos Índios Gaviões diz respeito ao território de 52 mil hectares (a gleba concedida a eles, por decreto, em 1943), que não corresponde à extensão atual (cerca de 64 mil hectares).

+ No entanto, a questão mais importante reside atualmente no caráter das invasões verificadas naquela área indígena. Uma solução para esta questão deve ser buscada também a partir da observação das mudanças ocorridas - qualitativas e quantitativas - no decorrer deste processo de ocupação e transformação da região. Existem hoje cerca de dez porções significativas do território indígena que foram objeto de negociações inescrupulosas por parte de grileiros - os que "vendem" os lotes aos posseiros - e de intrusão de pequenos lavradores expulsos de outros lugares nas redondezas, que ali se instalam para o plantio de roças. E há ainda o caso mais gritante das famílias de posseiros "oficiais" ou seja, aqueles que foram recentemente assentados pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) no interior da reserva indígena, após a redefinição dos seus limites.

A área onde se verifica o maior número de invasões está localizada junto à faixa de domínio da ferrovia de Carajás. Diante desta situação que lhes foi criada pelos próprios agentes governamentais - FUNAI e GETAT - os Gaviões aguardam que estes mesmos órgãos, com a co

laboração da CVRD, tomem as providências necessárias para um novo reassentamento destes posseiros, face à constante ameaça da progressiva ocupação daquela porção do território.

Por outro lado, os membros da Comunidade Indígena Pará katêjê afirmam dispor, eles mesmos, de mecanismos que já se mostraram eficazes para os mesmos propósitos em outras épocas - quando, para afugentar posseiros em meados da década de 60, utilizavam, a seu favor, os estereótipos de "bravos" e "assassinos", vigentes em relação a eles mesmos na região até há algum tempo. Embora manifestem não querer por em prática estes mecanismos, realizam atualmente algumas expedições de vigilância, em canoas, pelos limites leste e oeste da área (rios Jacundá e Fleicheiras).

No limite norte da reserva observamos, no sobrevôo realizado em helicóptero da DOCEGEO no final de junho p.p., que existem várias áreas recentemente desmatadas no interior da reserva indígena, junto à picada demarcatória.

A possibilidade de vigilância efetiva da área é vista pelos Gaviões através de um projeto próprio: a abertura de uma estrada perimetral - na verdade seria uma picada larga e destocada ^{ie.} vão redor de toda a área. Tal como foi discutido com os membros da Comunidade em junho p.p., esta estrada poderá de fato permitir a vigilância permanente, uma vez que possibilitará aos próprios Gaviões percorrer, em seus veículos, o perímetro do território, ocasiões em que organizariam expedições de caça e coleta em direção ao centro da área. No entanto, afora as questões de ordem financeira para a realização deste empreendimento, a estrada também poderia favorecer o ingresso de novos invasores, a menos que a vigilância fosse de fato exercida sistematicamente, sobretudo nos acessos a esta estrada. O projeto da Comunidade abran

ge a alocação de trabalhadores-vigilantes (kupê) em pontos estratégicos, impedindo assim o acesso a estranhos.

Uma estrada semelhante foi recentemente aberta, tendo em vista o prosseguimento dos trabalhos de infra-estrutura da ferrovia de Carajás. A empreiteira responsável pelo trecho - Construtora Queiroz Galvão S.A. - dispôs-se a abrir a estrada para os Gaviões uma vez que ela mesma viria a utilizá-la como acesso da rodovia PA-332 ao leito da ferrovia em construção, no Km 690 aproximadamente. A madeira dali retirada - assim como a da faixa indenizada pela Companhia Vale do Rio Doce - ficou, por acordo, para a empresa construtora. Os materiais necessários tanto à abertura quanto à construção da ferrovia - cascalho e terra - estão sendo retirados lateralmente às faixas de domínio, o que causa impacto ao ambiente natural, que abriga espécies animais e vegetais de grande importância para a subsistência dos Gaviões.

X Surge assim, a necessidade de recuperação a curto prazo das volumosas caixas de empréstimo (duas de barro e uma de laterita), mesmo tendo sua área sido indenizada, pois encontram-se em locais de mata densa ao redor, repleta de castanheiras.

Já se faz notar sensivelmente a diminuição da produção de castanha na área indígena, em virtude do afugentamento dos besouros polinizadores de castanheira (Bertholletia excelsa), provocado pelos desmatamentos e pela fumaça das grandes queimadas da região. Este fenômeno alarmante vem sendo recentemente observado em toda a micro-região de Marabá.

As indenizações pagas apenas em dinheiro à Comunidade Indígena Parakateje - i.e., não incluindo terras equivalentes - efetuadas pela ELETRONORTE e, mais recentemen

te pela Cia. Vale do Rio Doce, deveriam ter sido previamente estudadas por especialistas, uma vez que os territórios tribais não poderiam constituir-se em mercadorias alienáveis. Em relação a quaisquer grupos indígenas, a terra não deve ser vista como simples meio de produção ou território político, já que sua concepção abrange dimensões mais amplas, de caráter cosmológico, vinculadas à memória tribal e à identidade étnica. (cf. Seeger e Viveiros de Castro, 1979).

Finalmente, seria necessária uma correta sinalização da rodovia PA-332 no trecho em que atravessa a área indígena. Existem atualmente duas ou três placas insignificantes colocadas pelo órgão tutelar apenas nas extremidades da reserva e na entrada da aldeia, servindo apenas para despertar o interesse de curiosos.

O acesso atual à aldeia deverá ser expressamente interditado a estranhos e, para isto, os Gaviões já estão providenciando portões para seu fechamento.

X Por ocasião do sobrevôo realizado em junho p.p., os Gaviões manifestaram grande interesse na realização de sobrevôos sistemáticos (mensais ou bimensais) com a colaboração da CVRD, aguardando apenas a fixação de um cronograma para a sua efetivação, no decorrer do período de implantação ^{de operações} da ferrovia de Carajás. Um próximo sobrevôo foi, naquela ocasião, marcado para o dia 09 de agosto p.f., pelo ecólogo da CVRD.

X Resta estabelecer que o pouso de helicópteros em local adequado - e não no pátio da aldeia (e, quando a pista de pouso estiver pronta, de aviões de pequeno porte) - só vai ocorrer mediante a anuência expressa da Comunidade e de acordo com seus interesses, evitando assim incursões de caráter especulativo por parte de estranhos, ainda que vinculados a agências governamentais.

IV - RELAÇÕES COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE

O aceleramento inusitado do processo de transformação verificado na região fez com que os Gaviões ampliassem muito - sobretudo a partir de 1976 - sua rede de relações com os vários segmentos da sociedade nacional. Esta ampla rede abrange agora grandes e pequenos comerciantes, exportadores de castanha, agentes bancários e de empreiteiras, madeireiros, posseiros, grileiros, grandes proprietários de terras das redondezas, representantes das Forças Armadas e de escalões médios dos setores públicos, vinculados à FUNAI, ELETRONORTE, CVRD, ao GETAT, IBDF, etc.

As pressões sobre os Gaviões advieram de modo crescente por parte de todos estes segmentos com os quais passaram a interagir de modo direto, ou melhor, sem a mediação efetiva de representantes do órgão tutelar ou de uma assessoria adequada após o "êxito" da safra de 1976. A situação que se verifica hoje resulta do "abandono" a que foram entregues - o que não ocorreu acidentalmente - e de um descontrole por parte dos Gaviões, uma vez que para o enfrentamento direto de uma realidade em constante mudança, dominada pela ordem do kupê, os mecanismos próprios específicos de reflexão e atuação dos Gaviões apresentam-se, evidentemente, defasados em relação ao processo de transformação em curso.

Enquanto desdobramento das mudanças ocorridas internamente ao grupo, tendo em vista a reafirmação de sua identidade étnica, uma parcela significativa da população masculina adulta dos Gaviões deixou, tal como tradicionalmente, de executar trabalhos diretamente produtivos, como a coleta da castanha ou o plantio de roçados¹. Cabe aos mais jovens - e solteiros - a execução

¹ Por vários motivos, de saúde inclusive, os homens mais velhos dedicam-se atualmente à reprodução do ethos tribal: grande participação nos processos decisórios (as reuniões diárias de pátio) e confecção de artefatos para uso ritual, tais como arcos, cordas, flechas e instrumentos musicais.

daqueles trabalhos, mas cabe sobretudo aos kupê, trabalhadores contratados pelos Gaviões para a execução de serviços diversos, o incentivo ao desenvolvimento de novas atividades aparentemente rentáveis a curto prazo, mas não produtivas.

O acentuado decréscimo na produção de castanha, conforme já mencionado, que era o principal produto comercializável dos Gaviões foi responsável pelo surgimento de problemas financeiros na Comunidade. Este fator fez com que os Gaviões cedessem às pressões de madeireiros e criadores de gado. Uma vez que a área indígena é uma das poucas reservas de madeira-de-lei na região, os madeireiros - donos de serrarias - iniciaram por oferecer serviços à Comunidade: serrar a madeira retirada pela ELETRONORTE em 1980, para a montagem da linha de transmissão Marabá-Imperatriz que atravessou a área indígena. As tábuas seriam utilizadas para a construção da nova aldeia circular, uma vez que a antiga fora destruída com a implantação da linha de transmissão. No entanto, os madeireiros passaram a comercializar clandestinamente aquela madeira dos Gaviões, em tábuas serradas ou em toras, incluindo as castanheiras.¹

Este conjunto de fatores, aliados à pressão da FUNAI sobre o profissional contratado pela Comunidade para "projetar" a nova aldeia, fizeram com que os Gaviões mais uma vez cedessem aos empreiteiros da região - e comerciantes de materiais de construção. E assim foi construída a nova aldeia, em alvenaria - que se encontra em fase de acabamento - esgotando-se o montante da indenização recebido em 1980, através da ELETRONORTE.

¹ Esta "essência florestal" dispunha de legislação especial que proibia sua derrubada. Mas diante da existência de várias áreas sob jurisdição da ELETRONORTE para a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, através do IBDF criou-se um dispositivo legal adicional permitindo todas as operações para a comercialização da castanheira.

Até recentemente - junho p.p. - os Gaviões vinham estabelecendo contratos de venda de madeira, a fim de reequilibrar as finanças da Comunidade. No entanto, diante de conflitos surgidos entre os próprios madeireiros, os Gaviões decidiram suspender os contratos firmados, a fim de coibir os abusos que vinham se verificando.

Há um posto de fiscalização do IBDF situado em Morada Nova - o povoado localizado no Km 12 da rodovia PA-332, no entroncamento com a PA-150 - frequentado pelos membros da Comunidade indígena responsáveis pelas operações comerciais. Eles haviam fixado ali recentemente um "edital" proibindo as retiradas noturnas e aos fins de semana de madeira do interior da área. Resta salientar que o desempenho do órgão competente - IBDF - deveria apresentar maior eficácia quanto ao controle destas retiradas, por comerciantes, de madeiras de-lei no interior da área indígena.

As pressões daqueles segmentos da sociedade nacional ligados à atividade pecuária extensiva traduzem-se, basicamente, em dois níveis. Por um lado, há o incentivo inadequado por parte de agentes tutelares e bancários para que os Gaviões também se tornem criadores de gado. A inadequação surge uma vez que não são observadas as especificidades do grupo indígena que não se dedica à criação de gado. Além disso, também deixam de ser consideradas condições prévias indispensáveis, como existência de pastagens adequadas, assistência técnica ou treino para lida e manutenção do rebanho.

Por outro lado, há a rede de relações com pequenos ou médios criadores de gado bovino que vêm estimulando a pecuária entre os Gaviões, já que o "modelo" desenvolvimentista na região baseia-se nesta atividade atualmente. Eles passaram a alugar pastagens à Comunidade,

uma vez que não se dispõe, no interior da área indígena, de pastagens suficientes para o gado durante todo o ano.

Existem inúmeras grandes porções já desmatadas onde foram formadas pastagens que se tornaram rapidamente improdutivas, devido tanto à inadequação das técnicas utilizadas quanto ao tamanho do rebanho - demasiado grande para as condições existentes e para um grupo que não é afeto à criação de bovinos, principalmente. Por isso também o rebanho permanece em pastagens das redondezas, aos cuidados de vaqueiros kupê.

Quando o gado esteve numa pastagem junto à aldeia (até final de 1981), o leite produzido vinha sendo consumido pelos membros da Comunidade. O consumo cessou por ocasião do esgotamento das pastagens e consequente transferência do rebanho para as vizinhanças.

O rebanho dos Gaviões é constituído atualmente por cerca de 50 animais, entre equinos, bovinos e caprinos. O rebanho bovino encontra-se atualmente numa pastagem alugada pela Comunidade (a Cr\$ 300,00 por cabeça, mensalmente), situada numa propriedade particular próxima ao povoado do Km 12. A outra porção do rebanho - cerca de 120 cabeças de gado bovino - foi recentemente adquirida, através de um "projeto" implementado pela FUNAI, ou melhor, por um servidor que lá esteve até maio p.p. Este rebanho, considerado de má qualidade devido a raceamentos múltiplos e em precárias condições de saúde, encontra-se igualmente em pastagem alugada de um proprietário particular, situada no Km 56 da rodovia. Em junho p.p., ocasião de nossa viagem ao campo, os Gaviões manifestaram interesse em transferir as outras 50 cabeças para esta pastagem. Mas alegando futuros prejuízos - insuficiência e rápido esgotamento dos pastos - o proprietário negou-se a realizar o negócio.

Resulta enfim destes fatores uma nova série de pres
sões recentes sobre os Gaviões, por parte destes pro
prietários das redondezas, para que os "índios ricos"
adquiram terras, não necessitando assim alugar past
agens. Negociações desta natureza vêm sendo habilmen
te rejeitadas pelos Gaviões, pois caso contrário advi
riam sérias implicações.

Face às transações comerciais ou negociações financeiras, sobretudo, os Gaviões apresentam-se atualmente a
través de uma figura de fato, criada por ocasião da
safra da castanha de 1976: a "Comunidade Indígena Pa
rakateje", expressão de uma relativa autonomia con
quistada pelo grupo. No entanto, não raras vezes sur
gem questões por parte de determinados agentes da so
ciiedade nacional acerca da legitimidade dos atos pra
ticados pela Comunidade, através de seus representan
tes, como por exemplo os contratos de compra e venda
(seja de castanha, madeira ou cascalho).

Reside aqui uma das principais questões que dizem res
peito à especificidade da situação atual dos Gaviões:
eles requerem, a par da proteção legal que lhes é de
vida pelo Estado brasileiro, o reconhecimento sócio
jurídico de uma autonomia conquistada por eles, no de
correr ^{de} ~~do~~ processo de transformação em que estão en
volvidos. Desta maneira, quaisquer "projetos" que di
gam respeito à Comunidade, sem a sua participação efe
tiva nos momentos decisórios, apresentam-se como ing
rências incompatíveis com ^{uma} ~~a~~ posição conquistada pelos
Gaviões, a partir de 1976.

Emerge, portanto, a necessidade de um aprofundamento de
estudos específicos a fim de buscar uma forma jurídi
ca que possibilite a compatibilização destas circuns
tâncias particulares em relação aos Gaviões. Uma vez
que a figura da "Comunidade Indígena Parakateje" foi

criada para "efeitos externos", seu reconhecimento ir restrito mostra-se agora imprescindível para o desenvolvimento das relações interétnicas e do processo de transformação em curso.

Os Gaviões, ao estabelecerem formas contratuais, por escrito, com agências da sociedade nacional, públicas ou privadas, necessitam de uma assessoria adequada, a través de profissionais conhecedores da particularidade da situação do grupo. Este assessoramento deve ser independente da assistência prestada pelo órgão tutelar - conforme foi expressamente manifesto pelos Gaviões - já que, não raras vezes, o tutor não vem se mostrando o melhor guardião dos interesses de seus tutelados.

Exemplificam estas circunstâncias as negociações recentemente efetuadas para o pagamento de indenizações aos Gaviões, apenas em dinheiro e sob pressão dos agentes da sociedade nacional. De um modo geral, considerações a respeito destas indenizações já foram feitas anteriormente (v.pp. 12-13), mas convém salientar que deveriam ser levados em conta critérios específicos condizentes com a situação histórica e atual do grupo. Isto pode acarretar em futuras implicações de ordem prática, não tendo sido sequer levada em conta a possibilidade de poupar a área indígena de grandes e novos desmatamentos, de consequências imprevisíveis para a sobrevivência do grupo.

X O estabelecimento de formas contratuais por escrito já é, por si, um artifício imposto a uma sociedade tribal que privilegia a oralidade. Assim sendo, é necessário haver, previamente e junto à Comunidade, um aprofundamento suficiente de questões que venham a ser consideradas por ocasião da fixação destas normas contratuais. Ainda assim, no decorrer de sua efetivação, é necessária uma constante reciclagem destas normas,

através de relações personalizadas, verbais. Isto, uma vez que a impessoalidade das relações mediadas por instituições (governamentais, principalmente) não leva em conta estas particularidades dos interlocutores.

V - OBSERVAÇÕES SOBRE OS "MODELOS" DE PROJETOS EM ÁREAS INDÍGENAS

Por ocasião da viagem recentemente realizada ao campo, tivemos oportunidade de conhecer uma família Krĩkati (outro grupo Jê-Timbira) que acabara de se transferir espontaneamente para o PI Mãe Maria, vinda de sua aldeia, situada nas proximidades do município de Montes Altos, no Maranhão.¹

Os relatos apresentados por esta família Krĩkati acerca do funcionamento de um "projeto da FUNAI" em sua aldeia de origem foram suficientemente elucidadores quanto à inadequação dos "modelos", tais como concebidos para a implementação do chamado "desenvolvimento comunitário" através da agência tutelar.

Primeiramente, o fato de aquela área indígena não estar demarcada, favorece a expansão das invasões que já se verificam lá há algum tempo; tratam-se de "fazendas" - de acordo com os índios - de criadores de gado incrustadas no interior da área indígena (que é, por sua vez cortada por duas rodovias estaduais).

Em segundo lugar, os componentes do grupo indígena são levados a se empregar como mão-de-obra volante nestas "fazendas", a fim de poderem adquirir alguns poucos bens industrializados na "cantina da FUNAI".

¹ Esta família é composta por uma viúva, seus seis filhos, sobrinho e genro. Seu marido acabara de morrer - por cirrose hepática - no Hospital da Fundação SESP de Marabá, e fora enterrado ~~junto dos~~ Gaviões de Mãe Maria.

no cemitério dos

A operação da chamada "cantina reembolsável"¹ escapa totalmente aos padrões (próprios do grupo) de produção, distribuição e circulação de bens. Ao financiar, através de mercadorias, o plantio de roças mecanizadas, o retorno de uma produção dita "comunitária" não ocorre ou verifica-se de modo artificial. De acordo com os índios, "o arroz plantado não é de ninguém, é da máquina" [o trator] (sic).

Esta produção é então comercializada pelos agentes tutelares para o simples reabastecimento da "cantina". Desta maneira, os componentes do grupo - que acabam gerenciados pelo "diretor da cantina" ou pelo "técnico agrícola", ou ainda pelo chefe do "projeto" (o chefe do Posto)² - passam a ter que adquirir bens nesta "cantina da FUNAI", mediante pagamento em moeda. Por isso são levados a executar pequenos serviços por empreitada para os próprios invasores da área: o trabalho na "juquirá" (limpar os pastos) nas "fazendas".

O descontentamento gerado por esta situação aqui brevemente descrita vem levando à evasão dos componentes do grupo (tal como ocorreu com a família Krĩkati) e não à fixação em seu habitat, como quer a justificativa apontada pela agência tutelar para a implantação destes "modelos" de projetos em áreas indígenas.

A participação efetiva dos membros das comunidades indígenas nos projetos deve ser no sentido de dimensioná-los adequadamente, de acordo com seus sistemas próprios de organização social, mediante uma assessoria específica por ocasião de sua elaboração e execução. Se não forem consideradas as devidas particularidades de

1 Foi um artifício criado pela agência tutelar semelhante ao sistema de crédito do "barracão" das atividades extrativistas (cf. pag.)

2 São servidores da FUNAI especialmente destacados para estas atividades, mas em geral, totalmente despreparados.

cada grupo - pois são únicos, apesar de semelhanças em alguns planos - a inadequação dos "modelos" acaba por levar, evidentemente, ao "fracasso" dos objetivos dos projetos.

Este dimensionamento específico diz respeito a todas as atividades programadas, desde as agrícolas, pecuárias, extrativistas, etc, até a construção de casas para os índios ou mesmo de "centros comunitários" junto às aldeias. Estes últimos aspectos mencionados devem ser cuidadosamente repensados uma vez que, se implementados através de projetos-padrão de construção, escapam completamente aos sistemas próprios de organização social dos grupos, levando-os a desarticulações de consequências imprevistas.

A infra-estrutura administrativa dos Postos Indígenas, por sua vez - sede, enfermaria, escola, etc. - também deveria ser dimensionada de acordo com as necessidades específicas dos Postos Indígenas, evitando-se assim uma sobreposição de infra-estrutura já existente. As edificações em alvenaria acabam por fornecer um padrão inadequado em termos de habitação para os membros das comunidades indígenas. É o que se verifica atualmente no caso dos Gaviões do PI Mãe Maria. Ali, durante anos consecutivos, todas as construções destinaram-se à utilização pelo próprio órgão tutelar, enquanto infra-estrutura específica para a exploração econômica da castanha.

O modelo de construção de "casas boas para morar" era estimulado pelos agentes tutelares também através de promessas de edificações em alvenaria para os Gaviões. O resultado que se verifica atualmente com a construção de nova aldeia circular - são 33 casas em alvenaria - caracteriza-se pela inadaptação de seus moradores. O sistema de saneamento básico - poços artesianos, fossas

sanitárias e redes de esgotos - surge como um dos principais problemas a serem solucionados a curto prazo, onde técnicas e cuidados especiais deverão ser rigorosamente observados.

Finalmente, há ainda que considerar que os programas de saúde - e, sobretudo, de educação - junto às comunidades indígenas requerem estudos aprofundados, além de qualificação e preparo de pessoal especializado para a sua adequada implementação.

VI - CONCLUSÃO

É necessário ressaltar finalmente a existência de determinados aspectos que se prendem exatamente às condições de autonomia conquistada pelos Gaviões - à qual nos detivemos anteriormente - no decorrer do amplo processo de transformação em que estão envolvidos também enquanto sujeitos.

A necessidade do reconhecimento sócio-jurídico da Comunidade Indígena Parakateje - tal como enfatizada por seus componentes - é a grande expressão das mudanças verificadas, sobretudo quanto a sua independência, em vários setores, em relação à agência tutelar. É neste sentido que se torna clara para os Gaviões uma incoerência de objetivos: a implementação de um "projeto" - decorrente do Projeto Ferro-Carajás - que não tenha sido elaborado por eles mesmos.

Assim, cabe enfatizar aqui que possíveis alterações em relação ao projeto original deverão ser efetuadas à medida do necessário, ou melhor, de sua adaptação a uma realidade específica em que vivem os Gaviões atualmente, uma vez que são limitadas as ingerências externas admitidas em "seus negócios".

Além disto, conforme foi expressamente requerido pelos membros da Comunidade Indígena Parakateje, através de

contatos telefônicos posteriores a nossa estadia no campo, o "projeto" ora em vista para o PI Mãe Maria, diante da implantação do Projeto Ferro-Carajás, deverá ser coordenado por um elemento independente em relação ao órgão tutelar, possivelmente vinculado à própria Cia. Vale do Rio Doce, responsável pelo empreendimento.

Diante de um elevado grau de consciência étnica desenvolvido pelo grupo, a realização do "projeto" só será viável se se fizer prevalecer a ótica que os próprios Gaviões apresentam em relação a sua prática efetiva atual, enquanto desdobramento de uma atitude singular de enfrentamento direto de um processo de mudança.

A complexidade deste amplo processo, por sua vez, requer constante discussão e avaliação no decorrer de suas possíveis "etapas". Desta maneira, faz-se imprescindível um acompanhamento efetivo por parte de especialistas, profissionais conhecedores do grupo e de seu sistema de relações interétnicas. Esta assessoria de caráter especializado - de antropólogos, advogados, médicos e ecólogos - deve estender-se durante todo o período de implantação do Projeto Ferro-Carajás, quando as viagens ao campo e permanências mais prolongadas deverão ser determinadas, juntamente com a Comunidade, pelo próprio desenrolar das atividades. Estas serão, portanto, sempre passíveis de redimensionamento específico, uma vez que se lida com um processo em curso, extremamente acelerado e complexo, de consequências ainda imprevisíveis para a sobrevivência destes povos indígenas.

ANEXO I

No sobrevôo realizado em junho p.p. deslocamo-nos, juntamente com funcionários da CVRD, para a área indígena Suruí, PI Sororô, situada a 120 Km ao sul de Marabá, no município de S. João do Araguaia. Uma vez em área de influência da estrada de ferro de Carajás, tentamos verificar, ainda que rapidamente, a situação atual quanto às invasões daquela área indígena.

Observou-se que na demarcação executada pela FUNAI em 1979, uma porção significativa da área de ocupação tradicional dos Surui permaneceu fora dos limites que haviam sido cuidadosamente propostos. Nesta porção encontra-se uma antiga aldeia dos Surui, conhecida como "Aldeinha", além do cemitério. É uma área densa em castanhas - fonte primordial de subsistência dos Surui - que acabou por permanecer anexada à propriedade limítrofe, do Sr. Antonio Braga.

A redefinição dos limites da área do PI Sororô deverá ser urgentemente considerada pelo órgão tutelar para que não haja suspeitas inclusive quanto à possível manipulação jurídica havida, através da instância regional da FUNAI, por ocasião do processo de reintegração de posse instaurado em favor dos Surui.

RESUMO

Após uma breve introdução acerca da micro-região de Marabá - contexto onde se desenvolve um amplo processo de transformação social (pp. 1 e 2) - são apresentadas a localização dos índios Gaviões - que se autodenominam Parakateje - e as características da situação em que se encontram. Estas são marcadas pelo acionamento de mecanismos específicos, voltados para a reafirmação de sua identidade étnica no confronto com os kupê, os civilizados (pp. 2 e 3).

A compreensão da situação atual dos Gaviões dá-se através de um delineamento de fases históricas distintas, que caracterizam o processo de transformação em curso, fases estas também engendradas pelos Gaviões enquanto sujeitos, ou seja, como estratégias de sobrevivência (pp. 4-9).

A safra de castanha de 1976 foi um marco decisivo para a conquista da autonomia dos Gaviões em relação à atuação do órgão tutelar e para a consolidação de uma atitude de enfrentamento direto da realidade em constante mudança, envolvendo um grau elevado de consciência étnica (p.9).

Em seguida, a questão das terras dos Gaviões e de sua vigilância é apresentada como uma das mais importantes em relação a sua situação atual. Eles requerem a posse da documentação completa da área, além de uma solução urgente, por parte da FUNAI, GETAT e CVRD, para as invasões por posseiros que se verificam em seu território, sobretudo daqueles ali assentados recentemente pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (pp. 10 e 11.)

Os Gaviões, por sua vez, têm um projeto (pp.11 e 12) para a efetiva vigilância de seu território: a abertura de uma estrada perimetral ao redor de toda a área, devidamente controlada em pontos estratégicos.

Esta solução pode apresentar determinadas implicações e requer, portanto, maior discussão junto à Comunidade, já iniciada por ocasião de nossa recente viagem ao campo.

Foi também apresentada a necessidade de recuperação a curto prazo das "caixas de empréstimo" - barro e laterita - utilizadas no interior da área indígena, apesar de indenizadas, para a implantação da infra-estrutura da ferrovia de Carajás. Vem sendo observado o alarmante decréscimo da produção indígena de castanha, verificado em toda a região, devido aos volumosos desmatamentos e grandes queimadas. Considerações acerca das indenizações pagas aos Gaviões e da concepção do território tribal foram então apresentadas (pp.12 e 13).

Além da correta sinalização da rodovia que corta a área indígena - PA-332, onde no Km 30 situa-se a nova aldeia dos Gaviões - é apontada a necessidade de se regulamentar o uso da futura pista de pouso na área, - cuja abertura com urgência foi solicitada pelos Gaviões - a fim de se evitar incursões de caráter especulativo na aldeia (p. 13).

As relações dos Gaviões com os vários segmentos da sociedade envolvente apresentam-se como um conjunto de pressões, sobre as quais eles dispõem de maior ou menor grau de controle. Assim, são apontadas as relações com madeireiros e criadores de gado das redondezas.

Quanto à exploração madeireira, há a necessidade de maior eficácia do desempenho do IBDF quanto ao controle das retiradas - clandestinas ou contratuais - do in-

terior da área indígena, uma das poucas reservas de ma deira-de-lei na região (pp. 14 e 15).

Ao lado desta questão, são rapidamente apresentados os fatores que levaram os Gaviões a construírem uma nova aldeia circular, em alvenaria (p. 15).

A atividade pecuária extensiva, tal como concebida en quanto "modelo" de desenvolvimento regional, vem se mostrando inadequada e inoportuna para aquela socieda de indígena, cujos componentes demonstram dificuldades - devido ao próprio ethos tribal - quanto ao manejo de determinadas técnicas para a lida e manutenção dos animais, entregando-os aos cuidados dos kupê. O alu guel de pastagens leva à pressão por parte dos propri etários das vizinhanças para que os Gaviões adquiram terras, dada a insuficiência das suas pastagens.

Esta atividade pecuária não deveria ser estimulada da forma como vem ocorrendo - sobretudo pelos agentes tu tutelares e bancários - a menos que condições prévias, específicas ^{verifiquem a ser} ~~sejam~~ observadas (pp. 16-18).

Talvez a questão mais importante em relação à singula ridade dos Gaviões apresente-se exatamente enquanto um desdobramento da autonomia conquistada por eles no de correr deste processo de transformação, sobretudo a partir da safra de 1976. Trata-se da necessidade, por eles apontada, de reconhecimento sócio-jurídico de uma figura de fato criada: a "Comunidade Indígena Parakate je", afora a proteção legal que lhes é devida pelo Es tado brasileiro. (pp. 18 e 19).

x Ao lado desta questão, surge a necessidade de um asses soramento prolongado, por parte de uma equipe de profis sionais especializados, conhecedores do grupo - antro pólogos, médicos, advogados, ecólogos - independente da assistência prestada pela agência tutelar- de acordo

com a própria postura atual dos Gaviões.

- X A fixação de normas contratuais entre a Comunidade e as agências governamentais, sobretudo (e não apenas com a "interveniência" da Comunidade) deve contar com o concurso de estudos e pareceres aprofundados, realizados por estes especialistas. Este aspecto é aqui mencionado diante da necessidade de regulamentação, por forma contratual, da indenização recentemente paga aos Gaviões pela CVRD (pp.19 e20).

Através de um caso concreto - o dos Krĩkati, um grupo igualmente Jê-Timbira, do Maranhão - apresentamos algumas observações acerca da inadequação dos "modelos" de projetos em áreas indígenas, sobretudo quanto às questões de proteção e vigilância dos territórios, mecanização do trabalho nas roças, funcionamento de "cantinas reembolsáveis", etc. Surge portanto a necessidade de um redimensionamento específico destes "projetos", de acordo com o conhecimento dos sistemas próprios de organização social dos grupos indígenas envolvidos, com a sua participação efetiva em momentos decisórios (pp.20-23).

- X Enquanto conclusão, é emergente o fato de que a própria complexidade do processo de transformação em curso exige a continuidade de um trabalho de assessoria especializada às próprias comunidades indígenas, requerendo para isto pessoal capacitado. Os Gaviões, especificamente, exigem uma coordenadoria independente do órgão tutelar para a efetivação do "projeto" em vista para o PI Mãe Maria, diante da própria particularidade da situação em que se encontram (pp.24 e 25).

Em anexo, é apresentada a urgência da redefinição dos limites da área dos Índios Surui (PI Sororõ), erroneamente estabelecidos por ocasião de sua demarcação.

Esta reserva - visitada por sobrevôo - encontra-se em área de influência do Projeto Ferro Carajás e as especificidades daquele grupo Tupi deverão vir a ser igualmente consideradas, para o êxito do empreendimento.

BIBLIOGRAFIA

ARNAUD, Expedito

1975- Os Índios Gaviões de Oeste - Pacificação e Integração, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, nº 28.

LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto

1967- Índios e Castanheiros - a empresa extrativa e os Índios do Médio Tocantins. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

SEEGER, Anthony e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo

1979- "Terras e territórios indígenas no Brasil" in Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, nº 12, pp. 101-114.